

**HABEAS CORPUS Nº 502.406 - PR (2019/0094911-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : EGIDIO FERNANDO ARGUELLO JUNIOR  
**ADVOGADO** : EGÍDIO FERNANDO ARGÜELLO JÚNIOR - PR030713  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : ANA CAROLINA VARIZA FLORES  
**PACIENTE** : CACCIANE APARECIDA PEREIRA FERNANDES  
**PACIENTE** : RENATO PEREIRA FERNANDES

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. DESCAMINHO E FURTO. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SÚMULA 691/STF. APLICABILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Petição inicial indeferida liminarmente.

**DECISÃO**

A hipótese é de *habeas corpus* impetrado em favor de **Ana Carolina Variza Flores, Cacciane Aparecida Pereira Fernandes e Renato Pereira Fernandes**, contra a decisão proferida pelo Desembargador Federal Leandro Paulsen do Tribunal Regional da 4ª Região que indeferiu a liminar em *writ* lá ajuizado (HC n. 5009626-42.2019.4.04.0000).

Consta da inicial que a denúncia oferecida no Processo n. 5002220-13.2019.4.04.7002, da 5ª Vara Federal de Foz do Iguaçu (pela suposta prática dos crimes de descaminho e furto qualificado), narra que mercadorias transportadas irregularmente pelo pacientes foram apreendidas pela polícia rodoviária. Nessa ocasião, enquanto os policiais atendiam a outra ocorrência, os denunciados aproveitaram de tal circunstância para se retirarem do local levando consigo as mercadorias então apreendidas.

Sustenta, a impossibilidade de os pacientes responderem pelo delito de furto, pois as mercadorias a eles pertencem e o ato de apreensão não lhes retira a propriedade dos bens.

Alega que o enquadramento típico para o fato seria o de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345/CP), cuja ação penal somente se procede mediante queixa-crime.

Aduz, assim, que a *denúncia que não tem suporte jurídico para o delito de*

*furto, e mais, que sequer poderia ter sido ajuizada pelo Ministério Público, vez que o crime de exercício arbitrário somente se procede mediante queixa-crime (fl. 17).*

Requer, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal em questão.

É o relatório.

Segundo a pacífica orientação jurisprudencial, salvo nas situações em que a negativa do pleito de urgência configure manifesta ilegalidade, é incabível a impetração de *mandamus* contra decisão indeferitória de providência liminar prolatada em feito da mesma natureza (Súmula 691/STF).

Na hipótese, o Desembargador Relator do prévio *writ*, ao indeferir o pleito liminar ali apresentado, considerou a ausência dos requisitos necessários para a concessão da medida de urgência, sobretudo diante do fato de *os acusados se defendem de fatos descritos na denúncia e não da capitulação dada pelo Ministério Público Federal, de forma que a circunstância de a peça acusatória haver atribuído a fato nela descrito a capitulação de furto não impede que, quando da prolação da sentença, venha a ser enquadrado em previsões legais diversas, nos termos do artigo 383 do Código Processual Penal* (fl. 189).

Diante desse cenário, não se constatando, de plano, manifesta ilegalidade, é prudente reservar ao Tribunal *a quo* a análise da matéria trazida neste feito, uma vez que é defeso a esta Corte Superior adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência do Tribunal *a quo*, mormente se a impetração originária está sendo regularmente processada.

Pelo exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator